

Policy Brief

Responder a novos padrões de consumo sem deixar ninguém para trás: desafios locais para a redução de danos

Introdução

Este policy brief parte das principais aprendizagens do projeto Erasmus+ **NextGen Harm Reduction: Tackling the Challenge of Emerging Psychoactive Drugs**, cofinanciado pela União Europeia, para apoiar uma reflexão sobre respostas locais de redução de danos em Portugal.

Baseia-se numa análise comparativa de políticas e práticas de redução de danos em oito países europeus, na identificação de boas práticas, numa plataforma de formação para profissionais e em atividades de envolvimento comunitário realizadas em Portugal. O objetivo é destacar aprendizagens relevantes para territórios onde mudanças nos perfis, contextos e padrões de consumo se cruzam com vulnerabilidade social, precariedade habitacional, consumo em espaços públicos, estigma e dificuldade de acesso a cuidados.

Aprendizagens-chave para as respostas locais

- As Novas Substâncias Psicoativas (NSP) devem ser entendidas como parte de mudanças mais amplas nos padrões de consumo, nos contextos de uso, nas formas de acesso a substâncias e nas vulnerabilidades sociais associadas.
- A resposta às NSP exige serviços flexíveis, equipas estáveis, financiamento adequado, articulação institucional e capacidade de chegar a pessoas que não acedem aos serviços convencionais.
- As respostas digitais e os sistemas de alerta precoce devem ser credíveis, acessíveis, próximos das comunidades e articulados com serviços de apoio no terreno, como por exemplo o drug checking.
- Inovar em redução de danos não significa substituir respostas essenciais, mas reforçá-las e adaptá-las a novas realidades, mantendo serviços de proximidade, distribuição de material, salas de consumo assistido, apoio psicossocial e ligação a cuidados de saúde.

Contexto: políticas, territórios e capacidade de resposta local

As novas substâncias psicoativas colocam desafios crescentes às políticas de drogas, aos serviços de saúde, às respostas sociais e às equipas de redução de danos. Estes desafios não dizem respeito apenas à emergência de novas substâncias, mas à capacidade dos territórios em responder a mudanças rápidas nas práticas de consumo, nos públicos que procuram apoio e nas formas de vulnerabilidade social.

A nível europeu, os enquadramentos legais e regulamentares continuam a influenciar a disponibilidade e acessibilidade das respostas de redução de danos. Em alguns países, a criminalização da posse e do uso de drogas impede ou limita serviços essenciais, como o drug checking, as salas de consumo assistido ou a distribuição comunitária de naloxona. Ao mesmo tempo, os ciclos sucessivos de proibição contribuem para a emergência contínua de substâncias muitas vezes mais potentes, menos conhecidas e com riscos mais difíceis de prever.

No entanto, os enquadramentos legais, por si só, não explicam a capacidade real de resposta. Mesmo em países com políticas menos criminalizadoras ou com reconhecimento formal da redução de danos, persistem lacunas no financiamento, na cobertura territorial, na estabilidade das equipas, na formação contínua, na articulação entre serviços e no envolvimento das pessoas que usam drogas.

Em Portugal, o modelo de descriminalização criou condições importantes para uma abordagem mais orientada para a saúde pública. Ainda assim, continuam a existir desigualdades no acesso a respostas de redução de danos, fragilidades no financiamento, dificuldades na continuidade dos serviços e desafios persistentes na articulação entre saúde, intervenção social, habitação, autarquias, forças de segurança e organizações comunitárias.

A nível local, estes desafios tornam-se particularmente visíveis. Substâncias e práticas inicialmente associadas a contextos como a vida noturna, o chemsex ou redes privadas de consumo podem cruzar-se progressivamente com situações de maior vulnerabilidade social, incluindo consumo em espaço público, perda de habitação, desemprego e agravamento de problemas de saúde.

A questão central é, assim, **como responder a novos padrões de consumo sem deixar ninguém para trás?**

Desafios e prioridades de ação

Acesso desigual e respostas territorialmente insuficientes	Reforçar o acesso equitativo a respostas integradas e de proximidade. Garantir serviços de redução de danos de baixo limiar, flexíveis e territorialmente integrados, articulando redução de danos, cuidados de saúde, habitação, apoio social e intervenção comunitária.
Financiamento instável e dificuldade em sustentar respostas essenciais e inovação	Garantir financiamento estável, previsível e adequado. A sustentabilidade das respostas essenciais é condição para qualquer capacidade de inovação. Drug checking, respostas digitais e intervenção em contextos como o chemsex devem ser integrados no planeamento e financiamento das respostas locais.
Equipas sobrecarregadas e necessidade de atualização contínua	Reforçar a formação das equipas e a capacidade institucional. Integrar formação contínua sobre NSP, drug checking, chemsex, saúde mental, intervenção digital, trauma, violência e direitos humanos no funcionamento regular dos serviços e organizações.
Participação insuficiente de pares e pessoas que usam drogas	Integrar pares e pessoas que usam drogas nas respostas. A experiência vivida deve ser reconhecida como conhecimento especializado. Esta participação deve incluir funções claras, formação, remuneração justa, proteção laboral e envolvimento real nos processos de decisão.
Respostas digitais e sistemas de alerta pouco ligados às comunidades	Desenvolver respostas digitais e sistemas de alerta ligados às comunidades. Expandir aconselhamento online, outreach digital, plataformas de apoio anónimo. Reforçar sistemas de alerta precoce articulados com as equipas de terreno e serviços de drug checking.
Estigma, controlo e violência sobre populações em maior vulnerabilidade	Reduzir estigma e proteger direitos. Reconhecer que o estigma, a violência institucional, a exclusão habitacional e a pressão social ou policial desadequada produzem danos adicionais. Reforçar práticas baseadas em saúde pública, direitos humanos, dignidade e participação.



Sobre o projeto NextGen Harm Reduction

NextGen Harm Reduction: Tackling the Challenge of Emerging Psychoactive Drugs é um projeto europeu cofinanciado pela União Europeia através do programa Erasmus+, implementado entre 2024 e 2026.

O projeto tem como objetivo reforçar as capacidades de redução de danos na Europa perante os desafios colocados pelas Novas Substâncias Psicoativas, através da investigação, troca de experiências, formação de profissionais, envolvimento comunitário e desenvolvimento de respostas digitais.

O consórcio é coordenado pela ARAS - Romanian Association Against AIDS (Roménia) e integra a Re Generation (Sérvia), a HOPS - Healthy Options Project Skopje (Macedónia do Norte) e o GAT - Grupo de Ativistas em Tratamentos (Portugal).

Em Portugal, o projeto envolveu atividades de investigação comunitária, envolvimento de pessoas que usam NSP e profissionais dos serviços, bem como a pilotagem de respostas digitais de redução de danos, incluindo uma consulta online de chemsex liderada por pares e uma plataforma digital em português.



www.nextgenharmreduction.com/pt/



Cofinanciado pela
União Europeia